

CARACTERIZAÇÃO DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL DO MUNICÍPIO DE ITATIAIA – RJ

Temática: Espaços rurais, agricultura e segurança alimentar.

Arthur Almeida da Silva Guimarães – Universidade Federal do Rio de Janeiro
arthurasg@yahoo.com.br

Resumo

O espaço rural contemporâneo apresenta um conjunto de novas atividades, funções e interações com o urbano que precisam ser analisadas e interpretadas pelos cientistas que se dedicam a esse campo de estudos. A diversidade de produtos – com a valorização de novos cultivos; os produtos de qualidade diferenciada e de valor agregado; e a emergência de atividades, serviços e funções não agrícolas são indicadores de uma nova dinâmica no campo.

O presente trabalho tem interesse sobre o turismo no espaço rural do município de Itatiaia. Essa atividade pode estar conectada às transformações ocorridas ao longo do século XX no sul do estado do Rio de Janeiro. O crescimento urbano e industrial associado ao declínio da produção agropecuária – com destaque para a decadência da cafeicultura e a crise da pecuária bovina de leite – estimulou um processo de transição demográfica na região, com o declínio da população rural e o crescimento da população urbana. Além disso, houve ao longo das últimas décadas um declínio relativo na participação da população economicamente ativa na agropecuária. Por outro lado, observa-se a ampliação da participação nas atividades industriais e do comércio e prestação de serviços.

O trabalho pretende caracterizar o turismo nos espaços rurais do município de Itatiaia; identificar sua importância para a economia local; e analisar se essa atividade se integra e participa de uma dinâmica do espaço rural ou é um elemento à parte e apenas se localiza no rural. Na primeira etapa do trabalho foi realizado um levantamento de referências em livros, artigos científicos, dissertações, teses, sítios da internet, documentos oficiais e na legislação vigente. Posteriormente, dados socioeconômicos foram coletados em órgãos oficiais de nível municipal, estadual e federal. Por último, foram realizados trabalhos de campo na região de estudo para a aplicação de entrevistas com o objetivo de levantar informações do local e obter dados qualitativos.

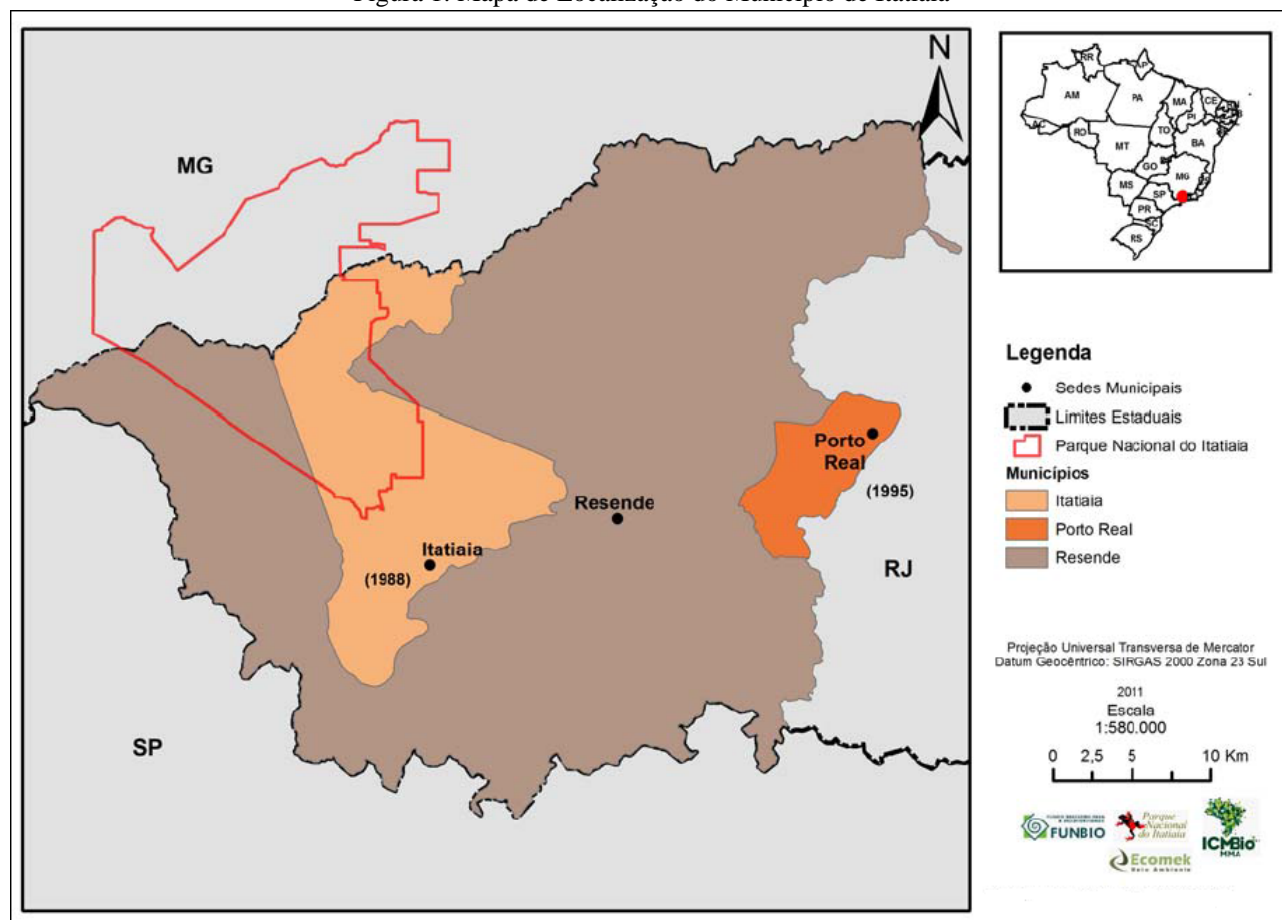
A pesquisa identificou que áreas como o Parque Nacional do Itatiaia e a região de Visconde de Mauá são valorizadas em função da grande biodiversidade e geodiversidade que integram a paisagem, e que contribuem para a existência do ambiente de tranquilidade procurado pelos turistas. Além disso, verificou-se que existe uma conexão entre o turismo e a dinâmica do rural, principalmente se considerarmos as relações entre as áreas rurais de Itatiaia e dos municípios limítrofes de Resende-RJ e Bocaina de Minas-MG.

Palavras-chave: Espaço Rural, Turismo, Paisagem e Itatiaia.

Introdução

O município de Itatiaia (Figura 1) localiza-se na Região Sudeste do Brasil, no Estado do Rio de Janeiro. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Itatiaia também integra a Mesorregião Sul Fluminense (composta pelas Microrregiões Vale do Paraíba Fluminense, Barra do Piraí e Baía da Ilha Grande) e a Microrregião Vale do Paraíba Fluminense (composta pelos municípios de Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda), além da Região do Médio Paraíba (região administrativa de âmbito estadual que abrange os municípios de Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda). Ademais, o município faz parte da Região Turística das Agulhas Negras (composta pelos municípios de Itatiaia, Porto Real, Quatis e Resende), regionalização esta vigente desde 2009, elaborada através do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, promovido pelo Ministério do Turismo a partir do ano de 2004. É limítrofe aos municípios de Resende - RJ, do qual se emancipou no ano de 1988, e Bocaina de Minas-MG. Com uma área de 245,147 km², não apresenta divisão administrativa, sendo constituído apenas pelo distrito cede. No último recenseamento demográfico do IBGE, realizado em 2010, a população total do município era de 28.783 pessoas, sendo 14.213 homens e 14.570 mulheres. Do número total de população, 27.813 residiam em áreas urbanas e 970 em áreas rurais. Em relação ao percentual de participação setorial no PIB, dados de 2010 da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ) indicam que o setor de serviços corresponde a 74,57% do PIB, seguido pela indústria com 25,17% e pela agropecuária com apenas 0,26%.

Figura 1: Mapa de Localização do Município de Itatiaia



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2009) e Agência Nacional de Águas – ANA (2010) apud Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio (2013).

O município de Itatiaia está inserido no contexto regional de crescimento urbano e industrial pelo qual o sul do Estado do Rio de Janeiro vem passando desde meados do século XX. Esse processo pode ser associado a um conjunto de fatores entre os quais, mencionamos: a localização privilegiada da região, entre as duas metrópoles nacionais, Rio de Janeiro e São Paulo; a construção e posteriores ampliações da rodovia Presidente Dutra, que liga o Rio de Janeiro a São Paulo, facilitando o fluxo de pessoas e mercadorias; a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (fundada em 1941 e operando a partir de 1946); as mudanças nas economias capitalistas a partir da crise de 1970, que levou a flexibilização dos processos de trabalho e a emergência de novos mercados, produtos e padrões, rompendo com a predominante rigidez estrutural do modelo Fordista e levando a um processo de desconcentração industrial; e os incentivos fiscais oferecidos pelas municipalidades para atrair o investimento de capital de empresas nacionais e estrangeiras. Na região o município mais relevante na atividade industrial é Resende, como um significativo polo industrial onde predominam os setores metal-mecânico, químico, farmacêutico, alimentício, logístico e automotivo, este último abrigando a MAN *Latin America* (criada a partir de 2009 com a aquisição da divisão da Volkswagen Caminhões e Ônibus pela MAN SE), a *Peugeot*, a *Citroën* e a *Michelin*. O município também abriga uma planta siderúrgica do Grupo Votorantim e a Fábrica de Combustível Nuclear (FCN) das Indústrias Nucleares do Brasil (INB).

Mesmo com um quadro de predominância de atividades industriais e de serviços, a produção agropecuária também tem um papel importante para a economia regional. A Região do Médio Paraíba é a uma das principais bacias leiteiras do estado, com 136.197.000 litros de leite produzidos no ano de 2012. Há várias fábricas de laticínios de diferentes portes na região e, dentre elas, destaca-se a Laticínios Barra Mansa, com processo moderno de envasamento asséptico de leite produzido na região. Ademais, o Médio Paraíba é responsável por parte da produção hortifrutigranjeira que abastece a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, além de apresentar um conjunto de novas atividades ligadas ao rural, entre as quais estão à apicultura, a piscicultura, a produção de flores tropicais e o turismo (BICALHO, 2010).

Especificamente em relação ao município de Itatiaia, este teve seu passado econômico e produtivo vinculado à cafeicultura e, posteriormente, a pecuária bovina de corte e leite. Todavia, tais atividades entraram em decadência, o café a partir do final do século XIX e a pecuária nas décadas de 1960 e 1970, levando alguns produtores rurais a adotar o turismo como uma alternativa de renda. Nas décadas de 1980 e 1990 as atividades ligadas ao turismo crescem e o turismo se consolida como uma das principais atividades econômicas do município. As áreas rurais turísticas mais importantes são o Parque Nacional do Itatiaia (PARNA Itatiaia) e as localidades de Maromba e Maringá, que integram a localmente conhecida região de Visconde de Mauá. O presente trabalho pretende caracterizar estas áreas turísticas, interpretando-as através da concepção de multifuncionalidade rural, que pode oferecer um importante embasamento para se compreender as transformações que vem ocorrendo no espaço rural desde a década de 1970.

Inicialmente, foi realizado um levantamento de referências em livros, artigos científicos, dissertações, teses, sítios da internet, documentos oficiais e na legislação vigente sobre o município de Itatiaia e a definição de multifuncionalidade rural. Por fim, foram realizados dois trabalhos de campo no município de Itatiaia. No primeiro, realizado nos dias 5 e 6 de junho de 2014, foram estabelecidos contatos com órgãos públicos, entre os quais a Secretaria de Turismo, a Secretaria de Meio Ambiente, o setor de agricultura da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e o Instituto Estadual do Ambiente – INEA. Foram levantados no trabalho de campo dados e informações sobre o turismo no município de Itatiaia. No segundo, realizado nos dias 6 e 7 de novembro de 2014, foi realizada uma entrevista com o coordenador de uso público e negócios do Parque Nacional do Itatiaia, através da qual foram levantados dados e informações sobre o turismo no parque e em seu entorno. Os dados empíricos e as informações sobre a região de Visconde de Mauá são resultados de trabalhos anteriores e que integram a atual pesquisa.

O turismo e a multifuncionalidade do espaço rural

A década de 1970 marca o fim do período de grande crescimento econômico iniciado no pós-guerra, principalmente a partir da crise do petróleo em 1973. As críticas ao modelo Fordista de produção e ao Estado de Bem-Estar Social, associado às políticas keynesianistas, bem como o aumento das preocupações em relação à esfera ambiental passam a integrar a pauta de discussões dos Países Centrais. Na agricultura observou-se uma crise do modelo produtivista, que vigorara desde o pós-guerra. De acordo com Wilson (2001), o Produtivismo surge após a Segunda Guerra Mundial, visando à aplicação do modelo Fordista de produção industrial a agricultura, e tendo como características o aumento da produção de alimentos e da produtividade através da modernização (com o emprego de insumos mecânicos, químicos e biotecnológicos); a forte presença do Estado na proteção do setor e dos produtores; a especialização da agricultura; e a posição central da agricultura na sociedade rural. O modelo teve grande importância no processo de recuperação da Europa pós-guerra, todavia, conforme apontam Sacco dos Anjos e Caldas (2009), as crises de superprodução, à instabilidade, o alto custo de produção, a incapacidade de ocupar parcelas mínimas da força de trabalho rural, a degradação ambiental, a pressão sobre os recursos naturais e a crise de legitimidade do Estado na regulação das atividades agropecuárias, associadas ao quadro global de recessão econômica, geram dificuldades para a reprodução do modelo produtivista naquele contexto.

Em resposta a crise, as economias capitalistas passaram por uma reestruturação ampla marcada pela flexibilização dos processos de trabalho e por novos mercados, produtos e padrões, rompendo com a predominante rigidez estrutural do modelo Fordista. Surgem novos setores de produção, serviços financeiros e mercados; se intensificam as inovações comerciais, tecnológicas e organizacionais; e há a incorporação de novas áreas – algumas delas anteriormente marginalizadas e não alcançadas pelo capital – a economia capitalista através do setor de serviços e de novos conjuntos industriais inovadores (HARVEY, 1992). Associado a essas transformações, verificou-se também o aumento da polarização social, econômica e espacial; o aumento do poder das corporações transnacionais; a redução do controle dos Estados Nação sobre os processos produtivos; e a diminuição da prática da democracia na medida em que os grandes interesses corporativos se sobrepunham frente às aspirações dos cidadãos (BONANNO e CONSTANTE, 2008). Bonanno e Constante (2008), ao realizarem um amplo levantamento bibliográfico de diferentes abordagens sobre esse período, apontam a possibilidade de se considerar esse momento histórico como a passagem do Fordismo para o Pós-Fordismo e o início de uma nova ordem global qualitativamente diferente das formas anteriores de internacionalização da economia e da sociedade: a Globalização.

Marsden et al. (1993), Wilson (2001), Woods (2005) e Bonanno e Constante (2008) discutem amplamente a agricultura e os espaços rurais a partir desse novo contexto. O espaço rural passa a não ser mais concebido como essencialmente voltado à produção agrícola, sendo simultaneamente um espaço de produção e de consumo, com a emergência de novas funções, serviços e atividades não agrícolas compondo a renda das famílias. Essa mudança pode ser observada no texto da “Agenda 21” – apresentada na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92), sediada no Rio de Janeiro, Brasil –, documento das Nações Unidas que menciona a necessidade de “revisão, planejamento e programação integrada da política agrícola, à luz do aspecto multifuncional da agricultura, em especial no que diz respeito à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável” (NAÇÕES UNIDAS, 1995 [1992], p176).

Em relação ao Brasil, Sacco dos Anjos e Caldas (2009), defendem que nas duas últimas décadas novos temas de investigação social sobre a agricultura e o rural surgiram a partir da incorporação de novas questões e fenômenos aos estudos acadêmicos. Para os autores podem ser identificados nesse novo contexto três grandes eixos temáticos: a consolidação da agricultura familiar enquanto categoria de análise e objeto de políticas públicas; a incorporação do universo da sustentabilidade; e os estudos sobre a nova ruralidade associados à multifuncionalidade e a pluriatividade. Em relação ao quadro mundial pós 1970, Sacco dos Anjos e Caldas (2009) sintetizam afirmando que:

[...] os países desenvolvidos atingiram uma condição no qual os avanços tecnológicos no campo da agricultura ultrapassam a própria capacidade de consumo e absorção de alimentos e matérias-primas. Frente a este quadro, o fundamental é que o espaço rural perde progressivamente protagonismo como objeto estrito de produção agrária, em detrimento de outros papéis ou funções (paisagísticas, turísticas e ecológicas) que devem ser matéria de permanente valorização por parte de uma sociedade moderna e plural. Do mesmo modo, admite-se não ser mais possível assegurar ingressos econômicos suficientes a todas as famílias baseados única e exclusivamente na agricultura (SACCO DOS ANJOS e CALDAS, 2009, p. 28 e 29).

A ideia de agricultura e espaço rural multifuncional oferece suporte para compreender as transformações correntes no campo, que incluem não apenas a emergência de novas funções, serviços e atividades não agrícolas, mas também a presença de novos atores, a questão ambiental e as relações campo/cidade. De acordo com Potter e Burney a agricultura é multifuncional “produzindo não apenas alimentos, mas também sustentando paisagens rurais, protegendo a biodiversidade, gerando emprego e contribuindo para a viabilidade das áreas rurais” (Potter e Burney, 2002 apud Woods, 2011). Apesar das mudanças no campo, Woods (2011) alerta para o fato da reestruturação na agricultura não representar o rompimento com o modelo Produtivista como um ciclo encerrado. O modelo Produtivista, centrado na produção especializada em larga escala e em grandes propriedades; com altos investimentos de capital, sobretudo na aquisição de insumos mecânicos, químicos e na biotecnologia, se mantém forte, sendo responsável pelos avanços do agronegócio e pela produção de commodities agrícolas, como o trigo, a soja, o milho, a cana de açúcar, o café, o algodão, o suco de laranja concentrado e o gado bovino de corte.

Para Yamamoto (2003), a combinação entre atividades agrícolas e atividades não agrícolas pode ser encarada como uma estratégia para a permanência e melhoria de renda de propriedades de pequena escala. Essa associação entre atividades agrícolas e não agrícolas no rural é chamada pluriatividade, um fenômeno que na contemporaneidade “[...] refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração” (MARAFON e RIBEIRO, 2006, p. 117). Com uma perspectiva que dá maior ênfase as pessoas que residem na unidade produtiva e as atividades desempenhadas por elas, Sacco dos Anjos e Caldas consideram que a pluriatividade está ligada ao reconhecimento “[...] da importância assumida pelas múltiplas inserções profissionais dos habitantes das zonas rurais e de iniciativas ligadas à diversificação de fontes de ingresso econômico, incluindo, obviamente o caso dos empreendimentos turísticos” (SACCO DOS ANJOS e CALDAS, 2012, p. 2 e 3). Nessa mesma linha, Graziano da Silva & Del Grossi e Scheneider assumem a pluriatividade como uma estratégia de reprodução social e econômica das famílias rurais. Sendo assim:

[...] incorpora os conceitos de diversificação produtiva e de agricultura em tempo parcial, sendo consideradas todas as atividades exercidas por todos os membros dos domicílios, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e não assalariado, realizado dentro e/ou fora das explorações agropecuárias (GRAZIANO DA SILVA & DEL GROSSI, 2002 apud MARAFON e RIBEIRO, 2006, p. 117).

[...] refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção. Ao contrário do que se poderia supor, esta não é uma realidade confinada ao espaço rural de países ricos e desenvolvidos (Schneider, 2003, p. 100 e 101).

Vale também destacar que a perspectiva da história rural compreende a pluriatividade como detentora de um caráter estrutural que perpassa diferentes períodos históricos e situações socioeconômicas, sendo um fenômeno pré-moderno. As atividades não agrícolas seriam então parte integrante do “[...] modo de vida das sociedades rurais que não conhecem a rígida divisão social do trabalho e do espaço que caracteriza as sociedades capitalistas contemporâneas” (SCHNEIDER, 2003, p. 6). Apesar das atividades não agrícolas não serem um fenômeno novo, Carneiro (1996) assume ser inadequado o emprego do termo pluriatividade para um conjunto tão diverso que reúne o camponês tradicional, o agricultor moderno e o pluriativo. Para a autora, que faz uso do exemplo francês para fundamentar sua argumentação:

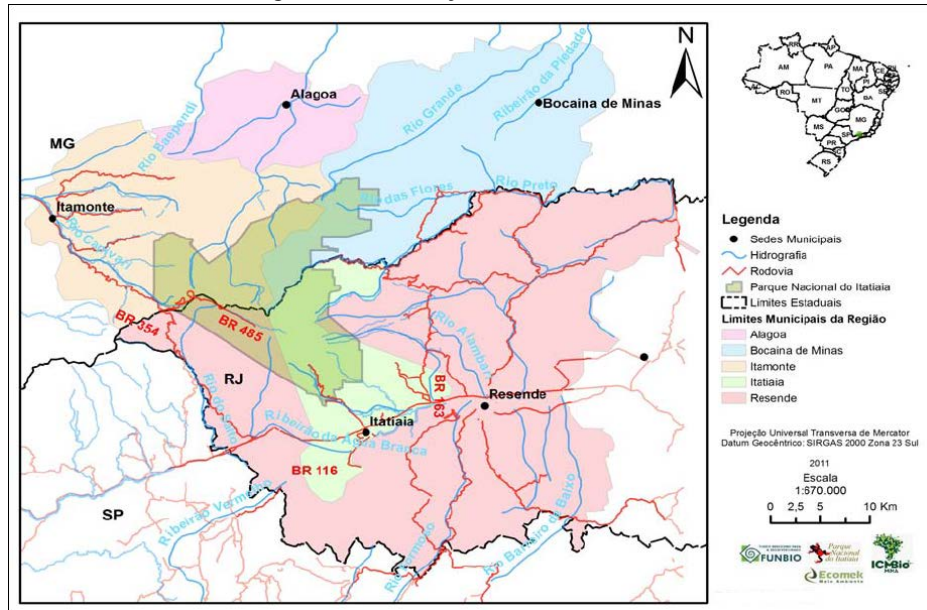
[...] os termos “pluriatividade” e “pluriativos” só ganham significado na atualidade, ou seja, no contexto da política de modernização da agricultura e da sociedade francesa do pós-guerra, quando foi elaborada a categoria profissional de agricultor. Passando a ser reconhecido como representante de uma “profissão como outra qualquer”, o verdadeiro agricultor é aquele que vive exclusivamente da agricultura, se distinguindo do camponês – muito mais um estilo de vida do que uma profissão – e do pluriativo. Nesse sentido, argumentamos que esta última categoria deve ser entendida como um produto da crise da política de especialização da atividade agrícola (CARNEIRO, 1996, p. 16).

Dentre as atividades não agrícolas do espaço rural contemporâneo, o turismo se notabiliza por seu impacto na vida da população rural, podendo substituir as atividades produtivas desempenhas tradicionalmente ou se articular a estas e integrar a renda familiar. O crescimento do turismo nos espaços rurais levou a um processo de diversificação desta atividade, podendo ser associado a novas demandas sociais, principalmente a partir da entrada do desenvolvimento sustentável na pauta de discussões nacional e supranacional na década de 1980. Essa perspectiva de compatibilização entre as dimensões econômica, social, ambiental e cultural tem contribuído para a emergência de formas alternativas ao turismo de massa, apontado por Cavaco (1999) e Paixão (2006) como potencialmente impactante tanto ao meio ambiental quanto a população local. As atividades de lazer, recreação e educação ambiental desses turistas são usualmente realizadas em espaços considerados rurais, tendo como fatores de atração a biodiversidade e a geodiversidade; as edificações com valor histórico e arquitetônico; as atividades produtivas agropecuárias; a cultura e a sociedade local. Nesse sentido, esse turista busca por experiências de vida em lugares que contrastem na paisagem, nas relações sociais e na cultura com os grandes centros urbanos, mas que, ao mesmo tempo, disponham de infraestrutura e serviços que permitam sua chegada e estadia.

O PARNA Itatiaia

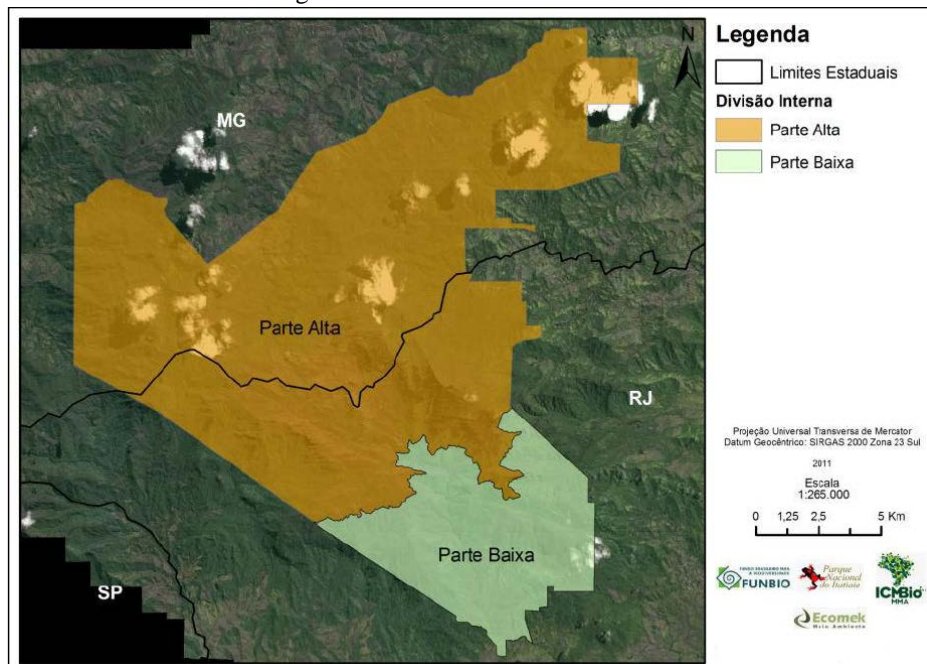
O PARNA Itatiaia (Figuras 2 e 3) destaca-se não apenas por sua importância como ponto de atração turística, mas também por sua relevância na história da preservação ambiental do país por ser o primeiro Parque Nacional criado no Brasil, no ano de 1937, com uma área inicial de 11.943 ha, definida por meio do Decreto nº 1.713. Em 1982 seu território foi ampliado para cerca de 30.000 ha, por meio do decreto nº 87.586. Dessa forma, o PARNA Itatiaia divide-se em duas porções: a Parte Baixa, que corresponde ao primeiro recorte delimitado na criação do parque, e a Parte Alta, integrada pela ampliação da Unidade de Conservação (UC), incorporando parcelas dos territórios do Estado de Minas Gerais e da região de Visconde de Mauá.

Figura 2: Localização do PARNA Itatiaia



Fonte: IBGE (2009) apud ICMBio (2013).

Figura 3: Divisão do PARNA Itatiaia



Fonte: IBGE (2010) e PNI (2012) apud ICMBio (2013).

O PARNA Itatiaia é classificado como uma UC de Proteção Integral, abrangendo partes dos municípios de Itatiaia (28,09%) e Resende (16,07%), no Estado do Rio de Janeiro, e Bocaina de Minas (20,26%) e Itamonte (35,58%), no Estado de Minas Gerais. De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) – criado pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e regulamentado pelo Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 –, a UC é definida como um “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2000).

O SNUC é formado por dois grandes grupos e doze categorias de UCs, conforme sintetiza o quadro 1. O primeiro grupo é constituído pelas Unidades de Proteção Integral, composto por cinco UCs: Estação Ecológica (ESEC), Reserva Biológica (REBIO), Parque Nacional (PARNA), Monumento Natural (MN) e Refúgio de Vida Silvestre (REVIS). Já o segundo grupo é constituído pelas Unidades de Uso Sustentável, composto por sete UCs: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Nacional (FLONA), Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Fauna (REFAU), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). As doze categorias de UCs podem ser de âmbito federal, estadual ou municipal, estando submetidas, independentemente da esfera, ao SNUC.

Quadro 1: Quadro Síntese UCs do SNUC

Grupos (2)	-Unidades de Proteção Integral	-Unidades de Usos Sustentável
Categorias (12, sendo 5 unidades de uso sustentável e 7 unidades de uso sustentável)	-Estação Ecológica (EE); -Reserva Biológica (REBIO); -Parque Nacional (PARNA); -Monumento Natural (MONA); -Refúgio de Vida Silvestre (REVIS).	-Área de Proteção Ambiental (APA); -Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE); -Floresta Nacional (FLONA); -Reserva Extrativista (RESEX); -Reserva de Fauna (REFA); -Reserva de Desenvolvimento Sustentável (REDES); -Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN).
Objetivo Básico	Preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais.	Compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais.

Fonte: Adaptado de Drummond et al. (2005, p. 115)

O PARNA, enquanto uma UC de Proteção Integral, tem por objetivo a preservação de ecossistemas de grande relevância ecológica e beleza cênica, permitindo atividades de pesquisa científica, educacional e de interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza e o turismo. Nos limites do PARNA Itatiaia existe um conjunto de ações voltadas ao turismo, conforme prevê a legislação ambiental vigente. Uma delas é programa de formação de condutores, oficializado em 2013, e que dá a chancela aos profissionais que são aprovados em uma avaliação técnica escrita. A prova é anualmente aplicada e habilita condutores em quatro categorias distintas: caminhada, caminhada avançada, escalada e escalada avançada. Mesmo não dispondo de um curso de formação de condutores, a UC oferece um curso de aperfeiçoamento para estimular os profissionais já formados. Também são desenvolvidas ações direcionadas a educação ambiental voltadas à orientação dos visitantes; a formação de profissionais para atuar na área de educação, através de cursos e estágios; e ações pontuais em períodos de maior visitação envolvendo temas como o lixo, a segurança, a conservação e promovendo mutirões de ação voluntária para limpeza.

Em relação a observação de pássaros, apesar de ser uma atividade bastante difundida no PARNA Itatiaia, não há nenhum vetor específico de estímulo. Contudo, o parque participa da AVISTAR, uma feira de observadores de pássaros, além de promover a abertura do parque mais cedo para os observadores. Como projetos futuros, pretende-se implementar trilhas, materiais e guias específicos, bem como torres de observação para os observadores de pássaros. As trilhas específicas se fazem necessárias visto que esta é uma atividade que demanda silêncio para não afugentar as aves.

Os principais atributos turísticos do PARNA Itatiaia são o clima, a biodiversidade e a geodiversidade. O conjunto de elementos bióticos e abióticos – entre os quais a fauna, a flora, os recursos hídricos e os acidentes geomorfológicos –, associados à tranquilidade de um espaço rural preservado e regulado, permitem a realização de atividades de lazer, esporte e aprendizado, como caminhadas, trilhas, escalada, nado, observação de pássaros e a contemplação de todo esse conjunto que forma a paisagem do lugar. Além disso, possui um conjunto de edificações no estilo arquitetônico neocolonial, dentre as quais o centro de visitantes, a administração, a biblioteca, as oficinas, as residências de funcionários, as guaritas e os três abrigos, Rebouças, Massena e Lamego. Ademais, é importante destacar que o turismo também estimula as atividades produtivas no entorno do parque. De acordo com um levantamento realizado para a elaboração do Plano de Manejo, abrangendo os quatro municípios que compõe o PARNA Itatiaia, uma parcela da população local considerada a UC um elemento positivo aos produtores, uma vez que muitos deles vendem parte de sua produção aos estabelecimentos comerciais destinados ao atendimento dos turistas.

O principal conflito a ser gerido é a existência de propriedades privadas, tanto com função residencial quanto produtiva, no interior do PARNA Itatiaia, o que é proibido pela legislação ambiental vigente. O conflito no uso do solo intensificou-se a partir da ampliação do parque em 1982, que incorporou uma grande área com diversas fazendas, principalmente de gado bovino de corte. Como as atividades eram anteriores a definição da UC, as mesmas podem ser mantidas, caso regulares, entretanto, sua ampliação é vedada. Por essa razão, alguns produtores consideram a UC um fator limitante a ampliação das atividades agropecuárias produtivas, e mesmo as turísticas. Além do conflito no interior da UC, a Zona de Amortecimento também pode abrigar conflitos de uso do solo, todavia, no caso do PARNA Itatiaia, a mesma ainda não foi regulamentada. Os incêndios causados pelo preparo do solo para o plantio de pastagem é uma das principais contingências na UC e no seu entorno.

Maringá-RJ e Maromba

Maringá e Maromba são áreas turísticas do município de Itatiaia que integram um conjunto maior definido localmente como região de Visconde de Mauá, composta pelas Vilas de Visconde de Mauá (pertencente ao município de Resende), Maringá (dividida em Maringá-RJ e Maringá-MG pelo Rio Negro, sendo a porção fluminense integrada ao município de Itatiaia e a porção mineira integrada ao município de Bocaina de Minas), Maromba (pertencente à Itatiaia) e por um conjunto de vales entre os quais: Mirantão, Vale das Flores, Vale das Cruzes, Vale do Alcantilado, Vale do Pavão, Vale de Santa Clara e Vale da Grama. A região de Visconde de Mauá foi ocupada inicialmente em função da implantação de dois projetos de núcleos de colonização de imigrantes europeus entre 1889 e 1916, visando o abastecimento agrícola do Rio de Janeiro, contudo, ambos os projetos fracassaram em função da falta de infraestrutura de transporte, da distância e das dificuldades impostas pelo clima, solo e geomorfologia da região. Já a pecuária leiteira que se desenvolveu com o final dos núcleos de colonização, a partir da segunda década do século XX, não conseguiu manter-se como uma atividade econômica rentável para os pecuaristas da região, tendo como marco de agravamento da crise a década de 1970. Neste contexto de crise, as atividades ligadas ao turismo neste espaço rural surgiram como uma alternativa as dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais.

Em um primeiro momento, delimitado entre as décadas de 1970 e 1980, Visconde de Mauá passa a receber, de acordo com Mascarenhas (2004), Quinteiro (2008) e Villela e Maia (2009), um movimento alternativo oriundo de centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo,

que abrangia *hippies* e outros grupos alternativos em busca de uma vida mais próxima à natureza e menos vinculada aos grandes centros e à sociedade de consumo; refugiados políticos contrários ao regime militar instaurado em 1964; além de grupos esotéricos, muitos dos quais ligados a denominações religiosas de origem oriental ou indígena. Para Quinteiro (2008) esses grupos alternativos foram atraídos e fixaram-se na região essencialmente pela atmosfera bucólica e pela convergência de amenidades naturais presentes. Posteriormente, passam a fixar-se em Visconde de Mauá entre as décadas de 1970 e 1990, uma população constituída em parte por visitantes frequentes e provenientes das metrópoles Rio de Janeiro e São Paulo que, além de estabelecer residência fixa, passou a atuar no ramo empresarial na região. Os estabelecimentos constituídos – em sua maioria hotéis, pousadas, restaurantes e lojas de artesanato ou *souvenir* – estavam preponderantemente conectados a prestação de serviços aos turistas. Os investimentos desses empresários neorurais¹ na região tinham como objetivo tornar a infraestrutura de aparelhos turísticos mais complexa e aumentar o potencial turístico de Visconde de Mauá. Na tentativa de se articularem de forma organizada e de ganhar maior força representativa frente às autoridades municipais e estaduais na busca de recursos e obras infraestruturais para a região, esses empresários locais fundam em 1986 a Associação Comercial e Turística da Região de Visconde de Mauá – MAUATUR (VILLELA e MAIA, 2009).

Apesar do papel de destaque no fomento ao turismo assumido por esses empresários urbanos, é importante salientar que a atividade não ficou restrita à atuação dos neorurais. A população local, tanto os remanescentes dos núcleos coloniais quanto a população oriunda de Minas Gerais que se instalou na região, também integrou e integra este mosaico como proprietários ou funcionários de estabelecimentos voltados à recepção de turistas. Algumas dessas pessoas abandonaram completamente as atividades agrícolas para dedicar-se exclusivamente ao turismo, enquanto outras mantêm algum tipo de produção agrícola, em muitos casos, ligada ao turismo. A tendência de crescimento do turismo observada durante as décadas de 1980 e 1990 se manteve na primeira década do século XXI nessa área rural. Dentro da atual configuração da região, podemos dizer que o turismo e os estabelecimentos voltados para tal atividade são à base da economia local, atraindo população rural local em busca de trabalho e população urbana em busca de opções de lazer; com a infraestrutura de meios de hospedagem, restaurantes, bares e comércio concentrada nos centros das Vilas de Visconde de Mauá, Maringá e Maromba.

A Vila de Maringá-RJ, e principalmente seu centro, é essencialmente voltada para o recebimento e prestação de serviços de hospedagem e gastronomia mais sofisticados aos turistas. Já Vila Maromba, que concentra alguns dos principais atrativos naturais da região como a piscina natural “Poção da Maromba” e as cachoeiras “Véu da Noiva” e do “Escorrega”, também é preponderantemente voltada ao turismo, todavia, oferece serviços de hospedagem e gastronomia menos sofisticados que Maringá-RJ. Assim como no PARNA Itatiaia, o turismo em Maringá e Maromba está ligado ao conjunto de características naturais que compõe a paisagem, entretanto, dispõem de uma infraestrutura de meios de hospedagem e gastronomia muito mais ampla. Por fim, o turismo contribuiu para a manutenção de atividades produtivas tradicionais (como a pequena agricultura e a pecuária leiteira tanto em Visconde de Mauá quanto nas áreas próximas) e para o surgimento de novas atividades (como a produção de trutas e de mel) ao atrair visitantes dispostos a consumir esses produtos produzidos na região. Além disso, parte da população rural local foi incorporada ao mercado de trabalho ligado ao turismo, representando uma nova alternativa de renda a esses trabalhadores. Nas circunstâncias apresentadas, a produção e a população rural, não só de Maringá-RJ e Maromba, mas do conjunto de Visconde de Mauá, acompanharam as transformações advindas do fortalecimento do turismo na região, se conectando a esse fenômeno espacial.

¹ De acordo com Giuliani (1990), neorurais constituem população urbana atraída pelo rural em busca de uma volta “... às relações diretas com a natureza, a ciclos produtivos e tempo de trabalho mais longos e menos rígidos, ao ar puro e à tranquilidade, assim como o desejo de relações sociais mais profundas e, sobretudo, da auto-determinação [...]” (GIULIANI, 1990, p. 1).

Considerações Finais

Estudado a partir do prisma da geografia, o turismo pode ser compreendido como um fenômeno espacial que envolve múltiplas escalas, fluxos, interações e atores, sendo capaz de imprimir transformações a paisagem, mas ao mesmo tempo, condicionado as especificidades do lugar. Adotando essa perspectiva, o trabalho procurou relacionar o turismo à dinâmica do espaço rural contemporâneo, que não se restringe apenas a um espaço essencialmente voltado a produção agrícola moderna, mas incluindo também uma diversidade de produtos e de formas de produzir – com a valorização de novos cultivos, produtos de qualidade diferenciada e de valor agregado – e a emergência de atividades, serviços e funções não agrícolas, entre as quais o turismo.

No Estado do Rio de Janeiro, que há décadas tem um forte turismo de massa ligado a sua extensa costa litorânea, observa-se o crescimento de novas atividades turísticas no espaço rural, tendo como atrativos a biodiversidade, a geodiversidade, o patrimônio arquitetônico e a cultura e a sociedade do lugar. A escolha dos recortes espaciais se justifica em função das áreas serem destinos turísticos consolidados; contíguas; e por permitirem a análise de duas situações turísticas distintas em áreas rurais: a primeira em uma UC e a segunda em uma área que passou por um processo de transição do eixo econômico da agropecuária para o turismo.

A partir das informações apresentadas, o turismo, tanto no PARNA Itatiaia quanto em Maringá-RJ e Maromba, não é uma atividade que apenas se apropria do espaço rural. O turismo nessas áreas dá sinais de articulação, tanto integrando a população rural local (como mão de obra e empreendedores) quanto estimulando a manutenção das atividades produtivas tradicionais (como a pecuária bovina de leite e a produção de derivados como queijos e manteigas) e o surgimento de novas atividades (como a produção de trutas). Um dos grandes desafios do espaço rural multifuncional é compatibilização entre as dimensões econômica, social, ambiental e cultural, desafio este lançado a partir da entrada do desenvolvimento sustentável na pauta de discussões nacional e supranacional na década de 1980.

Referências Bibliográficas

BICALHO, A. M. S. M.. **Speciality Products and Farm Diversification as Innovations Revitalizing Rural Space in Southern Rio de Janeiro State, Brazil**. In: 18th Annual Colloquium of the IGU Commission on the Sustainability of Rural Systems, 2010, Ramat-Gan. Sustainability in Transition and the Changing Faces of Rural Areas. Ramat-Gan: Bar-Ilan University, 2010. v. 1. p. 20-20.

BONANNO, A. e CONSTANCE, D. **Globalization, Fordism and Post-Fordism in Agriculture and Food: a critical review of the literature**. In: Culture & Agriculture, Volume 23, 2 edição, 28 jun. 2008.

BRASIL. Lei n. 9985, de 18-07-2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Lex**. Brasília, DF: [s.n.], 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm> Acesso em 30/11/2010.

CARNEIRO, M. J.. **Pluriatividade no Campo: O Caso Francês**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 32, n. 11, p. 89-104, 1996. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_32/rbcs32_06.htm> Acesso em 25/12/2010.

CAVACO, C.. Turismo Rural e Desenvolvimento Local. In: RODRIGUES, A. A. B. **Turismo e Geografia: Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

FUNDAÇÃO CEPERJ. Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas. **PIB 2010**. Disponível em: <<http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/pib/pib.html>> Acesso em: 26/10/2013.

FUNDAÇÃO IBGE. **Censo Demográfico Rio de Janeiro 2010**.

GIULIANI, G. M. **Neo-ruralismo: O Novo Estilo dos Velhos Modelos**. Revista Brasileira de Ciências Sociais / Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Ano 5, nº14, Outubro 1990. Disponível em: <<http://www.anpocs.org.br/portal/content/view/128/54/>> Acesso em: 25/03/2012.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo, Edições Loyola, 1992.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). **Plano de Manejo do Parque Nacional do Itatiaia**. ICMBio, MMA. Brasília, 2013.

MARAFON, G. J. ; RIBEIRO, M. A.. Agricultura Familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. Revista Rio de Janeiro, v. 18-19, p. 111-130, 2006.

MARSDEN, T. et al. **Constructing the Countryside**. London: UCL Press Limited, 1993.

MASCARENHAS, G. **Cenários Contemporâneos da Urbanização Turística**. Rio de Janeiro: Caderno Virtual de Turismo, Vol. 4, Nº 4 (2004). Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/viewarticle.php?id=67&layout=abstract>> Acesso em: 25/03/2010.

NAÇÕES UNIDAS. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Agenda 21**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995 [1992].

PAIXÃO, R. O.. **Turismo na Fronteira: Identidade e Planejamento de uma Região**. Campo Grande/MS: Editora UFMS, 2006.

QUINTEIRO, J. M. C. **Proteção ambiental na gestão de áreas turísticas em unidades de conservação: o caso da região de Visconde de Mauá (RJ, MG)**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2008.

SACCO DOS ANJOS, F. e CALDAS, N. V.. **A propósito do debate sobre pluriatividade e multifuncionalidade na agricultura: o surgimento de uma nova formação discursiva**. Revista Theomai (Online), v. 20, p. 22-33, 2009.

_____. **Multifuncionalidade, turismo rural e pluriatividade: Interfaces de um debate inacabado**. REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, v. 5, p. 1-23, 2012.

SCHNEIDER, S.. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso). São Paulo: v. 18, n.51, p. 99-121, 2003.

VILLELA, L. E.; MAIA, S. W. Formação histórica, ações e potencial da gestão social no APL de turismo em Visconde de Mauá RJ/MG. Rio de Janeiro: **Revista do Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial da Universidade Estácio de Sá (MADE/UNESA)**, ano 9, vol. 13, nº 2, p.34-47, maio/agosto, 2009. Disponível em:

<<http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/admmade/article/view/32/23>> Acesso em: 25/03/2010.

WILSON, G. **From Productivism to Post-Productivism... and Back Again?** In: Transactions of the Institute of British Geographers. 2001.

WOODS, M.. **Rural Geography**. London: SAGE Publications, 2005.

_____. **Rural**. London: Roulledge, 2011.

YAMAMOTO, M.. A pluriatividade e sua função na sustentabilidade das comunidades rurais no Japão. In: BICALHO, A. M. S. M.; HOEFLE, S. W. (Ed.). **A Dimensão Regional e os Desafios da Sustentabilidade Rural**. Laget-UFRJ/CSRS-UGI, Rio de Janeiro, p.: 225-234, 2003.